

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.483.152 - PB (2014/0242915-4)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : UNIÃO
AGRAVADO : ASSOCIAÇÃO DOS JUIZES CLAS DA JUST DO
TRABALHO 13 REG
ADVOGADO : JOSE DIONIZIO DE OLIVEIRA - PB001521

EMENTA

ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CAUTELAR. CONCESSÃO DA MEDIDA PARA DETERMINAR A SUSPENSÃO DOS DESCONTOS DOS VALORES RECEBIDOS POR FORÇA DE DECISÃO JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DO MÉRITO DA AÇÃO PRINCIPAL. AGRAVO INTERNO DA UNIÃO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. É inviável o exame da alegada violação dos arts. 46, §§ 1o., 2o. e 3o. da Lei 8.112/1990 e 884 e 885 do CC/2002, relacionados ao mérito da ação principal, uma vez que em sede de Recurso Especial contra acórdão que nega ou concede medida liminar, a análise desta Corte Superior fica limitada aos dispositivos relacionados aos requisitos da tutela de urgência.

2. Agravo Interno da UNIÃO a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao Agravo Interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa (Presidente) e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília/DF, 12 de fevereiro de 2019 (Data do Julgamento).

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR